
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Tania Regina de Luca e Jonathan Portela | Foto: [Antena Zero](#) (2019)

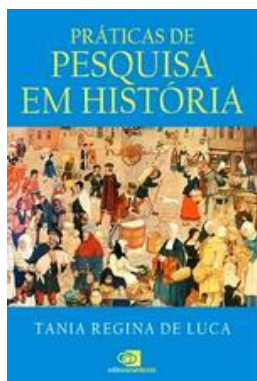
Fabricação do projeto acadêmico – Resenha do livro *Práticas de pesquisa em história*, de Tania Regina de Luca

Itamar Freitas (UFS)

Resumo: *Práticas de pesquisa em história* (Tania Regina de Luca) propõe orientar graduandos em investigação histórica. Falha em didatismo introdutório, coerência metodológica e aspectos formais, mas se destaca por incentivar pesquisa prática, valorizar ética historiográfica e abordar escrita acadêmica pouco comum em manuais.

Palavras-chave: pesquisa; História; graduação; metodologia; escrita.

Tania Regina de Luca, professora do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, é conhecida historiadora da imprensa nacional e estrangeira. No livro *Práticas de pesquisa em história* (2020), parte da sua experiência de pesquisadora é compartilhada, “especialmente”, com “estudantes de graduação”. Trata-se de um clássico livro propedêutico de investigação histórica e de metodologia científica.



O texto é estruturado em seis capítulos que exploram o fazer do historiador, a ideia de fonte histórica e os passos para a concretização de uma pesquisa acadêmica em história: recorte do objeto, seleção de fontes, construção do texto e do projeto de pesquisa. Segundo a autora, o objetivo da obra é “apresentar, de forma didática, procedimentos e métodos que distinguem a produção do conhecimento historiográfico e, desse modo, incentivá-lo a participar ativamente desse instigante desafio que é escrever História, elaborando e executando o seu próprio projeto de pesquisa.” (p.10-11).

A iniciativa já ganha valor imediato por dois motivos. As unidades de leitura traduzem as competências necessárias ao trabalho introdutório na pesquisa histórica. O segundo motivo é o cenário da formação nacional. Em geral, a maioria dos nossos colegas formadores em história é versado em falar muito sobre a sua pesquisa, mas quase nunca a experimentar com os seus alunos, ou seja, ensinar a pesquisar, pesquisando em situações concretas. Contudo, para que o desejo da autora se concretize, contudo, é necessário que alguns equívocos sejam corrigidos, na provável segunda edição do livro.

A começar pela introdução. Se o texto é “didático”, deve efetivamente introduzir o leitor à obra, ou seja, definir o objeto (a prática de pesquisa), antecipar a sua função e destinação, justificar a iniciativa, dizer da sua estrutura e justificar o valor funcional das epígrafes.

No todo, não quero apresentar divergências de posição, mas apenas identificar trechos que podem ser melhorados. Digo isso porque o livro é introdutório e trata de matéria tornada senso comum para os profissionais formados nos anos 80 e 90 do século passado, como é o caso da autora.

No primeiro capítulo, corajosamente, a autora reconhece a valência bissecular de certo “método” do historiador e defende o emprego de seus fins e estratégias. Para ficar impecável, basta que exclua um vulgarismo circulante entre os alunos: o combate a ideia de “verdade absoluta” (p.15), dificilmente encontrável em historiadores do século XIX. Basta que defina “método” e, principalmente, que reconheça o papel dos velhinhos franceses, alemães, belgas, americanos e brasileiros nessa tarefa de transformar a crítica documental em traço diferenciador do historiador profissional. No capítulo, são os historiadores Marc Bloch, Lucien Febre e Edward Carr que, literalmente (e em aparente contradição) saem muito bem na foto.

O segundo capítulo historiciza o significado de “documento”, explorando posições do século XIX e do século XX. Aqui, o esforço positivo do capítulo anterior se esvai. O texto é iniciado com referências à C.-V. Langlois e C. Seignobos, mas para contestá-los com

ironia, em benefício da dupla fundadora da revista *Annales* e de “expoentes da Micro-História”, como Carlo Ginzburg. Já há matéria brasileira que revê essa ideia de ruptura metodológica e até epistemológica entre a dupla francesa do final do século XIX e a dupla francesa do primeiro terço do século XX. Do jeito que está, a autora reproduz a versão colonizada e (portanto) acrítica, vendida pelos franceses de meados do século passado e por muitos brasileiros paulistas, paulistanos, cariocas e mineiros de até a semana passada. O empenho em louvar os *Annales* induz a autora (e aos muitos colegas nossos) a omitir que os velinhos teorizavam de modo tão ampliado como o de Febvre a respeito dos documentos e de que, em tese, “história problema” e “história política” não são pares antitéticos, necessariamente.

Outro reparo a ser feito ao capítulo segundo diz respeito à definição de documento. A autora distingue “documento” e “fonte”, afirmando que o primeiro “recobre *todo* e qualquer elemento proveniente do passado” e o segundo “é reservado para *o conjunto selecionado e utilizado* pelo investigador numa pesquisa científica” (p.36. Grifos meus). Não há menções à autoria da definição, o que me leva a supor que a declaração é mesmo é da lavra de Tania de Luca. Penso que a autora criou uma dificuldade onde, efetivamente não existe. Se observar pelo ponto de vista das línguas ou dos usos feitos por determinado autor (em língua tal e tal) verá que a coisa se explica de modo mais fácil. Tanto é assim que a própria autora abandona a distinção no curso do capítulo, empregando “rastros”, “registros”, “fontes”, “evidências”, “documentos”, “testemunhos” e “vestígios” sem distinguir o que é “parte” e o que é “todo”.

No capítulo terceiro, que trata do recorte do objeto e da leitura de fontes, há dois senões. Divirjo da autora em relação à ordem dos elementos ou às prioridades dos procedimentos. Ela orienta os leitores a definirem temas. Se quisesse manter a coerência com a “escola” destacada no capítulo anterior, deveria pôr o estabelecimento do problema de pesquisa como primeira ideal tarefa do iniciante. A coisa a ser estudada (o objeto material ou intelectual) é a resposta à questão. Escolher tema é um procedimento operatório, disciplinar e didático, criado no interior das universidades. Quando pensamos no trabalho intelectual do historiador, independentemente dessa situação comunicativa, é a inquietação, a insatisfação (manifesta em forma de questão) que aparece como o primeiro elemento da pesquisa.

Na referência à tarefa de ler as fontes, o texto pode ser melhorado se a autora tomar como apoio os princípios éticos anunciados no capítulo primeiro. Pode melhorar ainda mais o texto se estabelecer uma hierarquia entre os gêneros tese, artigo, livro-tese e obras de referência, com base na sua própria experiência de pesquisa. Pode por fim, potencializar o valor do capítulo, dando destaque a um pequeno trecho que trata da revisão da literatura. Ele é triplamente importante. Atenta para o gerenciamento da abundância de informações, para o compromisso com o desenvolvimento consistente dos domínios históricos e para o respeito à produção representativa da área. O trecho que transcrevo é irretocável. Observe que a autora não põe a titulação, o programa de Pós-Graduação, a Universidade ou o Estado da federação brasileira como critério de citação. Esse princípio deveria ser introjetado como valor não somente por iniciantes, mas por todos os seus instrutores doutores:

É por esse mergulho que o iniciante se aproxima dos pesquisadores que o antecederam, distingue seus procedimentos e os problemas que se colocaram, as fontes de que se valeram, as maneiras pelas quais as interpretaram, as conclusões a que chegaram, como se posicionaram diante dos impasses do seu próprio tempo. Identifica limites e virtudes que o inspiram a seguir na mesma senda ou interpelar o objeto a partir de outro ângulo, segundo as novas demandas do seu próprio presente. (p.74).

O quarto capítulo oferece bom exemplo de aplicação dos princípios de investigação em situações concretas. Aqui, a autora demonstra a metodologia situada nos estudos sobre o escravismo e aponta as mudanças de rota e os critérios de escolha das fontes, comuns no trabalho do pesquisador experiente. São, porém, dispensáveis o autoelogio e o merchandising da editora no interior do texto autoral.

O quinto capítulo trata da tarefa de escrita. A inclusão de texto do tipo já é motivo para aplauso. Não é comum manual de introdução brasileiro se ocupar da comunicação dos resultados da pesquisa. O trecho a melhorar diz respeito à iniciativa tipicamente formativa de clarificar as diferenças entre narrativas historiadoras, ficcionais e jornalísticas. O princípio da criação controlada atravessa o texto. O capítulo, contudo, pode ser melhorado se a autora matizar essas diferenças, refletindo, por exemplo, sobre os próprios trechos que sugerem contradição, ou seja, revelando os elementos ficcionais da escrita histórica do historiador, a exemplo da escolha pelos marcos temporais finais e iniciais, da periodização, da ação dos personagens e da dimensão da experiência humana a explorar (p.112-113).

Nas últimas partes do livro – o capítulo sexto e as considerações finais – não há muito a louvar ou a reparar. O livro se encerra com referências à qualificação e ao anúncio dos fins da Ciência Histórica e do historiador. O fato destoante, contudo, somente pode ser percebido quando observamos o lugar do capítulo sexto no plano geral da obra. Afinal, o livro foca nas práticas de pesquisa histórica (heurística, crítica, escrita etc.) ou nas etapas de construção de um projeto de pesquisa? Essa dúvida me leva a considerar que o plano da obra oscila entre oferecer princípios de investigação histórica e procedimentos para a construção de um dos instrumentos da investigação histórica, que é o projeto de pesquisa. Por isso soa estranho que a autora encerre o livro com o projeto e pesquisa, depois de ter dissertado sobre a escrita da história.

Minha apreciação final é de que a obra cumpre os objetivos estabelecidos na introdução e pode, efetivamente, contribuir para a formação dos graduandos em História ou que empregam a pesquisa histórica. Em termos gerais, o texto pode ser bastante melhorado em seus aspectos formais, quando a editora segmentar parágrafos extensos, com 16, 30 linhas, corrigir algumas passagens sem coesão, extirpar erros tipográficos, de pontuação e o uso indiscriminado de itálicos e negritos. Se quiser ampliar a vida útil do manual, os editores e a autora podem atentar para as contradições e as insuficiências apontadas ao longo da descrição de cada capítulo. Podem, por outro lado, justificar as posições ou contra-argumentar no espaço reservado na revista que publica esta resenha.

Sumário de *Práticas de pesquisa em história*

- Introdução
- Em busca do passado
- Documentos da certeza à construção
- Da área ao objeto de pesquisa
- Circunscrever as fontes
- O texto historiográfico
- Unir os fios e construir o projeto
- Para finalizar
- Referências bibliográficas

Resenhista



Itamar Freitas – Doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), Professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog [Resenha Crítica](#). Publicou, entre outros trabalhos, [Uma introdução ao método histórico \(2021\)](#) e “[Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca](#)” (1903-1986)”. Email: itamarfreitas@gmail.com.

Para citar esta resenha

LUCA, Tania Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Pulo: Contexto, 2020. 144p.
Resenha de: FREITAS, Itamar. A fabricação do projeto acadêmico. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.1, n.2, p.17-21, nov./dez. 2021.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais (CC BY-SA).